

Câmara inicia hoje votação do regimento

BRASÍLIA — Depois de quase quatro meses de discussões de lideranças, começa a ser votado hoje o novo Regimento Interno da Câmara dos Deputados. O regimento é uma espécie de estatuto, onde estão definidas as regras de funcionamento da Casa. As principais novidades são:

Punição para faltosos: O parlamentar que faltar a 10 sessões consecutivas ou 45 alternativas terá o seu mandato suspenso por 30 dias. Neste período o suplente não poderá assumir a vaga deixada pelo titular (tem acordo).

Votações de projetos: Serão muito mais rápidas. As comissões terão poder deliberativo (este dispositivo vem da Constituição). Encerrado o trabalho de comissões, o projeto entrará na ordem do dia por cinco sessões. Neste período poderá ser apresentado recurso de 1/10 da Casa (50 deputados) para que decisão final sobre a matéria seja do plenário.

Comissão Parlamentar de Inquérito: Terá poder conclusivo. Emitirá um relatório e estabelecerá quais medidas serão tomadas e o prazo para que elas sejam adotadas. ~~Quem não cumprir as~~ medidas no tempo determinado, será enquadrado nos crimes de responsabilidade.

Sessões: Serão de dois tipos: de debates e de votações. As segundas e sextas-feiras serão destinadas apenas a discussões e debates. As terças, quartas e quintas-feiras haverá somente votações. (Tem acordo). Nos 60 dias que antecederem a qualquer eleição, haverá apenas sessões de debates e as faltas não serão computadas.

Apartamentos — A viúva do deputado Ruy Lino, Anília Alencar Lino, devolveu à Câmara o apartamento que ocupava irregularmente desde 1987. A partir de hoje, a Mesa começará a notificar 15 ex-parlamentares para que desocupem, no prazo máximo de 15 dias, os imóveis funcionais onde moram indevidamente.

A Mesa deverá decidir também que os ex-deputados Mário Bouchardet e Felipe Cheidde, que perderam o mandato por terem excedido o número de faltas permitidos pela Constituição, terão de devolver a quantia de NCz\$ 13.260,00, cada um. A quantia é referente a 62 dias de vencimentos que eles receberam este ano, sem sequer aparecer na Câmara.